



AUDIÊNCIA PÚBLICA

LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2018

José Carlos Anziliero Amaral

Prefeito Municipal

Lucas Neckel

Secretário Municipal de Finanças

José Carlos Bourscheid

Secretário Municipal de Planejamento





AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual dispõe sobre as audiências públicas, estas tem por objetivo:

- possibilitar a participação popular na definição dos planos e investimentos públicos municipais;
- informar a população sobre o planejamento municipal e a execução dos programas;
- assegurar a participação popular na definição dos investimentos através de votação; e
- **demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e na Lei Orçamentária Anual LOA.**



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

- Conforme o disposto no § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- Metas fiscais devem ser avaliadas até o final dos meses de **maio, setembro e fevereiro**
- Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.
- Esta Audiência Pública destina-se à demonstração e avaliação do cumprimento das **metas fiscais do 3º quadrimestre de 2018**, por parte do Executivo Municipal.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Apresentação:

- Metas fiscais previstas na LDO e LOA;
- Esclarecimentos dos objetivos das metas fiscais;
- Receitas arrecadadas;
- Despesas;
- Resultado Primário;
- Resultado Nominal;
- Índice de Despesa em Educação;
- Índice de Despesa em Saúde;
- Índice de Despesa em Pessoal;
- Questionamentos.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina a integração entra dívida consolidada, resultado primário, resultado nominal e metas fiscais.

Trata-se de um mecanismo de planejamento, acompanhamento e controle de todas as etapas relacionadas ao endividamento público.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

A LDO e LOA estabelecem as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a:

Descrição	
Receitas Primárias (previsão)	71.112.315,43
Despesas Primárias (previsão)	66.528.960,58
Resultado Primário (meta)	$\geq 500.000,00$
Resultado Nominal (meta)	≥ 0
Montante da dívida pública (sem atualização monetária)	2.392.668,21



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Caso haja risco ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deve-se:

- Promover contenção das despesas públicas segundo os critérios definidos na LDO. Assim, havendo frustração de receitas deve-se efetuar bloqueio de dotação orçamentária.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

- Se a dívida consolidada ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, esta deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso de dívida deve-se promover, entre outras, a limitação de empenho.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Riscos Orçamentários: Referem-se à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante a execução do Orçamento. Ex.: *Arrecadação de tributos a menor; Atividades econômicas; Taxa de inflação e de câmbio.*

Riscos da Dívida: Referem-se a possíveis ocorrências, *externas à administração, que em se efetivando resultarão em aumento do estoque da dívida pública (Ex. Precatórios).*



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Receita Primária

Excluem: Receitas financeiras (juros, rendimentos, etc...)

Despesa Primária

Excluem: Pagamento de juros e amortização da Dívida Pública (Serviço da Dívida)



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

DADOS CONSOLIDADOS

Receitas Primárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
		Até o 3º Quad. 2018	%Real/Prev
Receitas Primárias Correntes	69.803.498,61	71.293.242,16	102,13%
Receita Corrente	75.816.032,48	77.201.785,54	101,83%
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.136.240,00	13.336.487,44	101,52%
- Contribuições	3.439.971,00	3.362.472,32	97,75%
- Receita Patrimonial	6.026.314,87	5.917.535,58	98,19%
-- Aplicações financeiras (-)	6.012.533,87	5.908.452,08	98,27%
-- Outras receitas patrimoniais	13.781,00	9.083,50	65,91%
- Transferências correntes	52.425.279,73	53.485.784,89	102,02%
- Demais Receitas Correntes	788.226,88	1.099.504,31	139,49%
Receitas Primárias de Capital	3.991.418,76	2.067.999,75	51,81%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	73.794.917,37	73.361.241,91	99,41%



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Receita Primária Total Prevista para o período era de
R\$ 73.794.917,37, sendo
R\$ 69.803.498,61 de Receitas Correntes e
R\$ 3.991.418,76 de Receitas de Capital.

A receita primária realizada registrou
R\$ 71.293.242,16 para as Receitas Correntes e
R\$ 2.067.999,75 para as Receitas de Capital, que resultou numa
arrecadação total de **R\$ 73.361.241,91**.

Correspondendo a 99,41% da Previsão

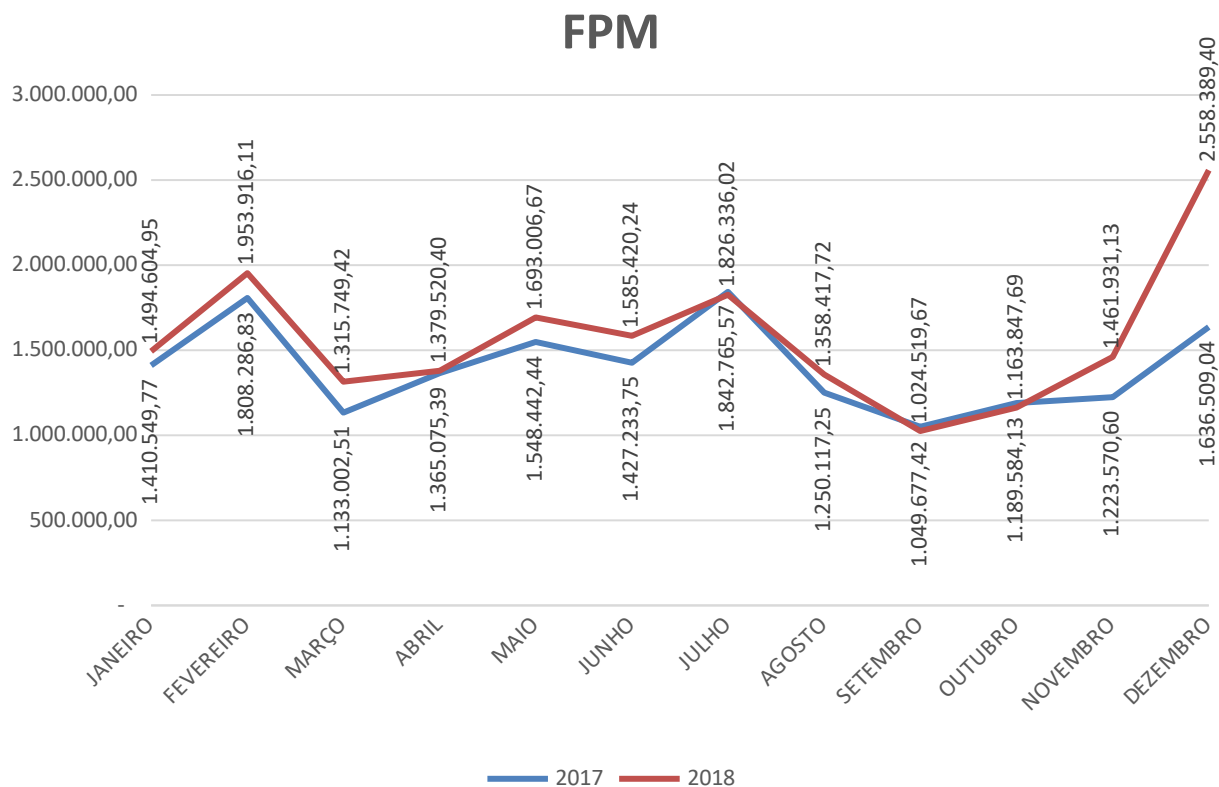


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



Total
R\$ 18.815.659,42

Variação de 11,44% em
relação a 2017

97,22% do Previsto
(R\$ 19.354.541,00)

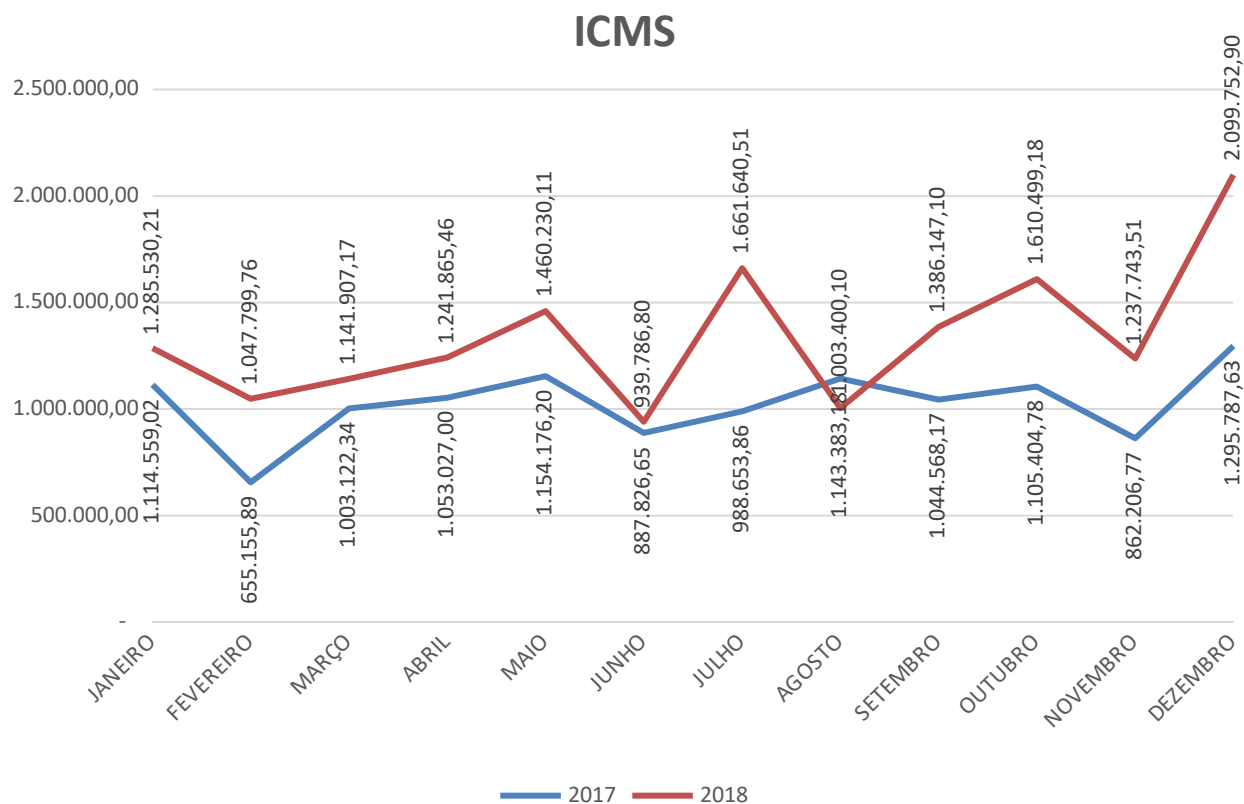


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



Total
R\$ 16.116.302,81

Variação de 30,94% em
relação a 2017

105,56% do Previsto
(R\$ 15.267.288,00)



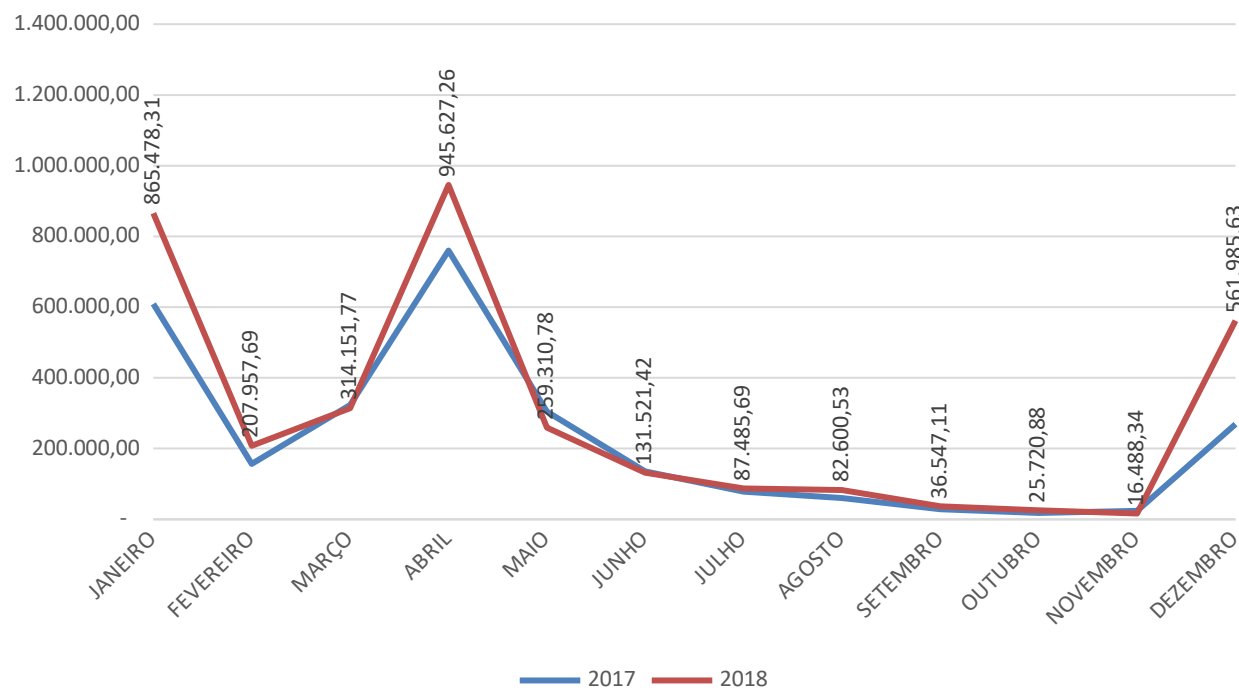
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

IPVA



Total
R\$ 3.534.875,41

Variação de 27,73% em
relação a 2017

112,00% do Previsto
(R\$ 3.156.100,00)

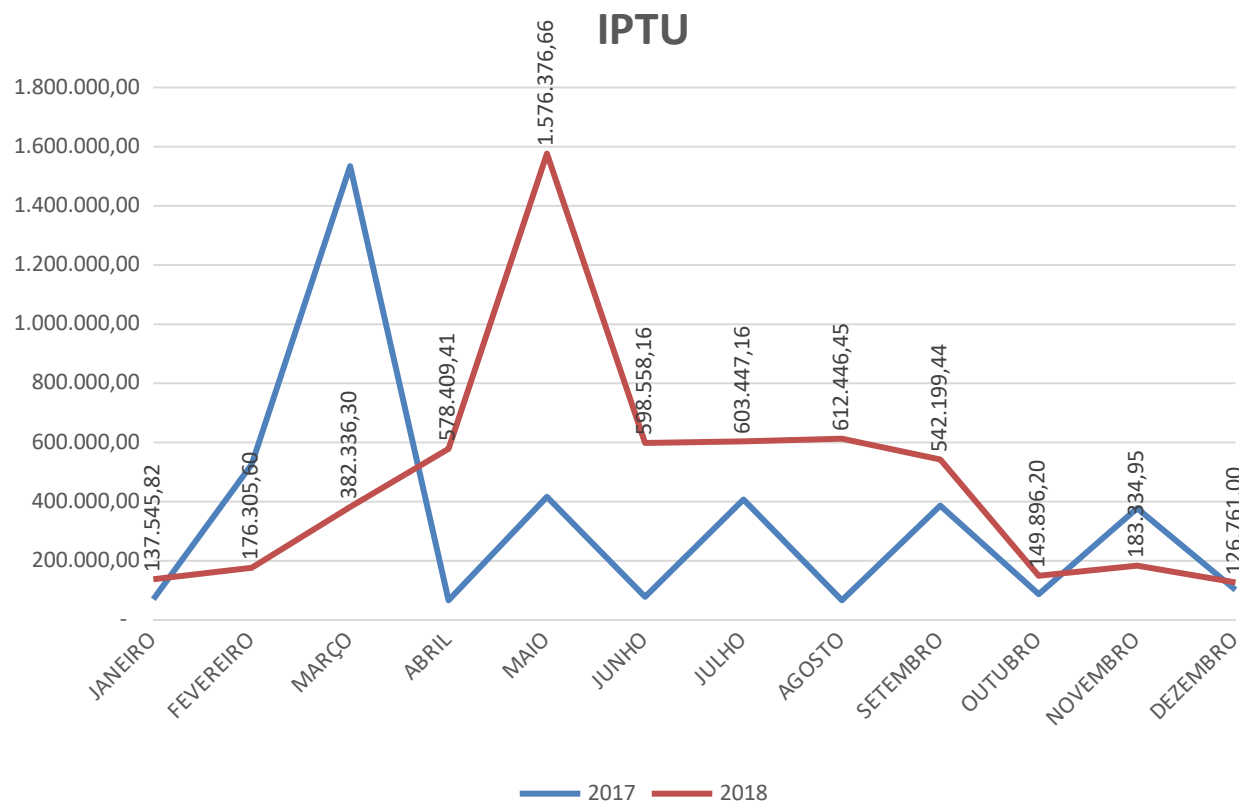


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES PRÓPRIAS



Total
R\$ 5.667.617,15

Variação de 37,57% em
relação a 2017

107,33% do Previsto
(R\$ 5.280.341,00)

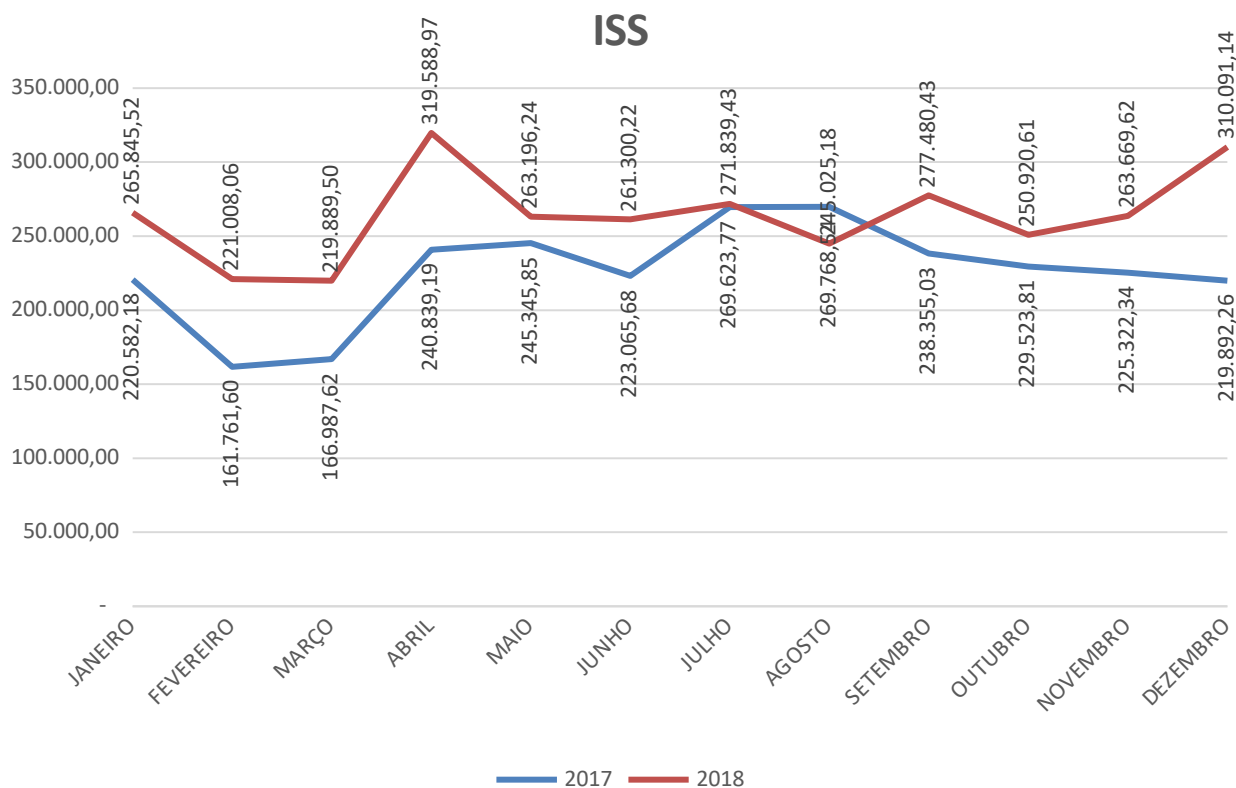


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES PRÓPRIAS



Total
R\$ 3.169.854,92

Variação de 16,92% em
relação a 2017

102,04% do Previsto
(R\$ 3.106.474,00)



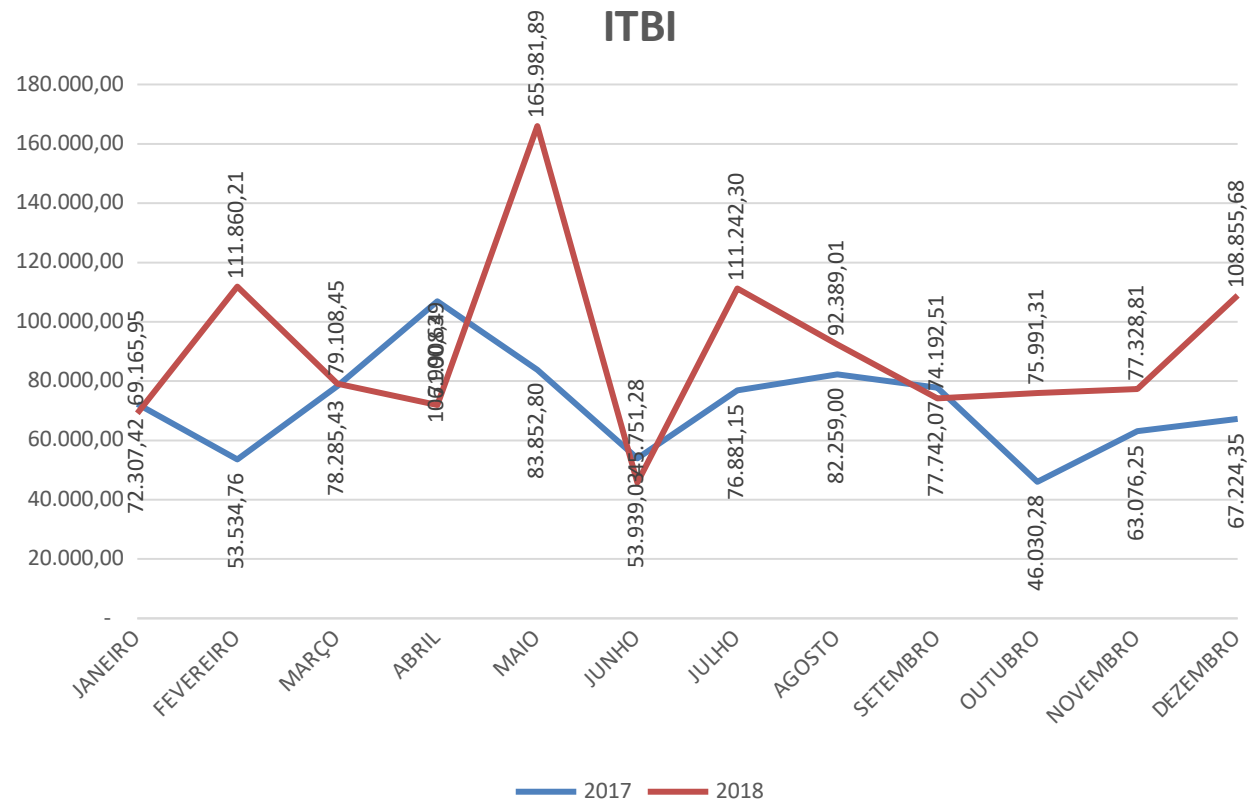
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES PRÓPRIAS

ITBI



Total
R\$ 1.083.775,89

Variação de 25,72% em
relação a 2017

110,05% do Previsto
(R\$ 984.760,00)

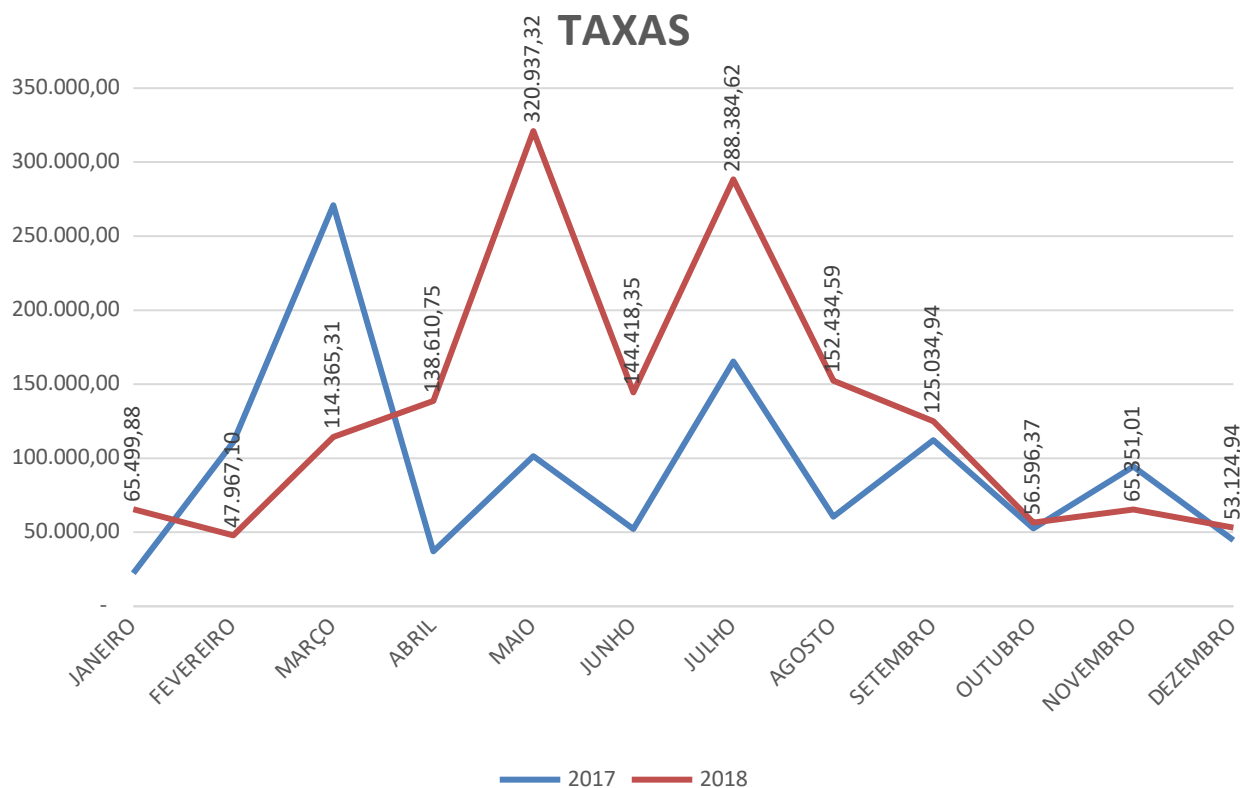


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES PRÓPRIAS



Total
R\$ 1.572.725,18

Variação de 39,88% em
relação a 2017

100,73% do Previsto
(R\$ 1.561.274,00)



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Restos a pagar processados pagos	Restos a pagar não processados	
						Liquidados	Pagos
Despesa Primária Total	83.979.365,09	65.494.436,54	64.867.906,82	63.565.187,61	1.063.873,40	378.691,37	378.571,37
Despesa Primária Corrente	68.318.017,94	59.621.349,35	59.319.136,21	58.194.051,57	972.571,30	261.079,77	260.959,77
Despesa Primária de Capital	9.142.718,22	5.873.087,19	5.548.770,61	5.371.136,04	91.302,10	117.611,60	117.611,60
Reserva de Contingência	6.518.628,93	-	-	-	-	-	-



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RESULTADO PRIMÁRIO

Indicador de solvência fiscal do setor público. Confronto de Receitas e Despesas, para verificação de compatibilidade, ou seja, se não gastou mais do que arrecadou no período, e se há equilíbrio no exercício.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RESULTADO PRIMÁRIO

Pode ser entendido como:

- Uma reserva para pagamento de juros da dívida, e;
- Quando o resultado é superior aos juros, serve para amortização da dívida, permitindo um aumento do resultado nominal.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Receitas Primárias Totais (+)	73.361.241,91
Despesas pagas (-)	63.565.187,61
Restos a pagar processados pagos (-)	1.063.873,40
Restos a pagar não processados pagos (-)	378.571,37

Resultado Primário	8.353.609,53
---------------------------	---------------------

Meta	≥ 500.000,00
-------------	---------------------



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Resultado Primário (+)	8.353.609,53
Saldo exercício anterior (+)	4.612.336,43

Resultado Primário Ajustado	12.965.945,96
------------------------------------	----------------------

Meta	≥ 0
-------------	----------------------------



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Na confrontação das Receitas Arrecadadas com as Despesas Pagas, apuraram-se valores **positivos**, ou seja, enquanto as receitas do período registraram a cifra de **R\$ 73.361.241,91**, as despesas contabilizaram a soma de **R\$ 65.007.632,38**, proporcionando um **superavit** de **R\$ 8.353.609,53**.

Os dados do Resultado Primário registraram até o quadrimestre o valor de **R\$ 8.353.609,53**, enquanto que a previsão da LDO e de acordo com a programação financeira, apontou um montante de **R\$ 500.000,00**, ou seja, o valor apurado estaria **R\$ 7.853.609,53 acima** da previsão.

Ainda, com relação à apuração do Resultado Primário, destaca-se que as Receitas Financeiras do período, na importância de **R\$ 5.908.452,08** e as Despesas Financeiras não registraram valores (conforme Anexo 6 da RREO).



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RISCOS DA DÍVIDA = RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período, comparando-a do período anterior. **Demonstra se a dívida evoluiu ou diminuiu no período** e mede a necessidade de financiamento no Setor Público.

Dívida Consolidada: São obrigações financeiras assumidas pelo Município, para amortização em prazo maior que 12 meses.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Cálculo do Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2017 (A)	Até o 3º quad 2018 (B)
Dívida Consolidada (I)	44.111,99	2.392.668,21
Deduções (II)	8.337.143,94	14.821.081,00
Disponibilidade de Caixa	7.690.412,87	14.667.104,64
- Disponibilidade de Caixa Bruta	9.219.606,04	16.599.151,99
- Restos a pagar processados (-)	1.529.193,17	1.932.047,35
Demais haveres financeiros	646.731,07	153.976,36
Dívida Consolida Líquida (I-II)	- 8.293.031,95	- 12.428.412,79

Resultado nominal (A-B)	4.135.380,84
--------------------------------	---------------------

Meta	≥ 0
-------------	------------



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Resultado Nominal Ajustado	
Variação dos Salto Restos a Pagar Processados	402.854,18
Resultado Nominal	4.135.380,84
Resultado Nominal Ajustado	4.538.235,02

Meta	≥ 0
-------------	----------------------------



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

O Demonstrativo do Resultado Nominal apresentado registrou ao término do período a importância de R\$ **4.538.235,02**, estando, portanto, **acima** da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ 0,00.

Confrontando a Dívida Fiscal Líquida Inicial no valor de - R\$ **8.293.031,95** com a Dívida Fiscal Líquida registrada no término do quadrimestre, na importância de - R\$ **12.428.412,79**, houve um **decrécimo** no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis.

O demonstrativo da Dívida Pública Consolidada nela, incluídos os Restos a Pagar foi apresentado contendo um saldo inicial de R\$ - **8.293.031,95**.

Com a movimentação do período, decorrente de inscrições e amortizações, o saldo final apresentou um montante de - R\$ **12.428.412,79**, evidenciando um **diminuição** durante o período.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Aplicação em Educação
- Aplicação em Saúde
- Despesa de Pessoal



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RECEITAS MÍNIMAS A APLICAR EM EDUCAÇÃO (25%)

Total da Receita de Impostos	50.502.477,75
-------------------------------------	----------------------

Administração Geral	833.201,25
Educação Infantil	7.541.210,53
Ensino Fundamental	9.425.064,24
Educação Especial	417.253,86
Total das Despesas com MDE	18.216.729,88

Despesa Liquidada com Rendimentos do MDE e FUNDEB	-18.441,34
Despesa Liquidada com Recursos do PLUS do FUNDEB	-5.500.001,23

Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	12.698.287,31
Percentual de Aplicação	25,14%

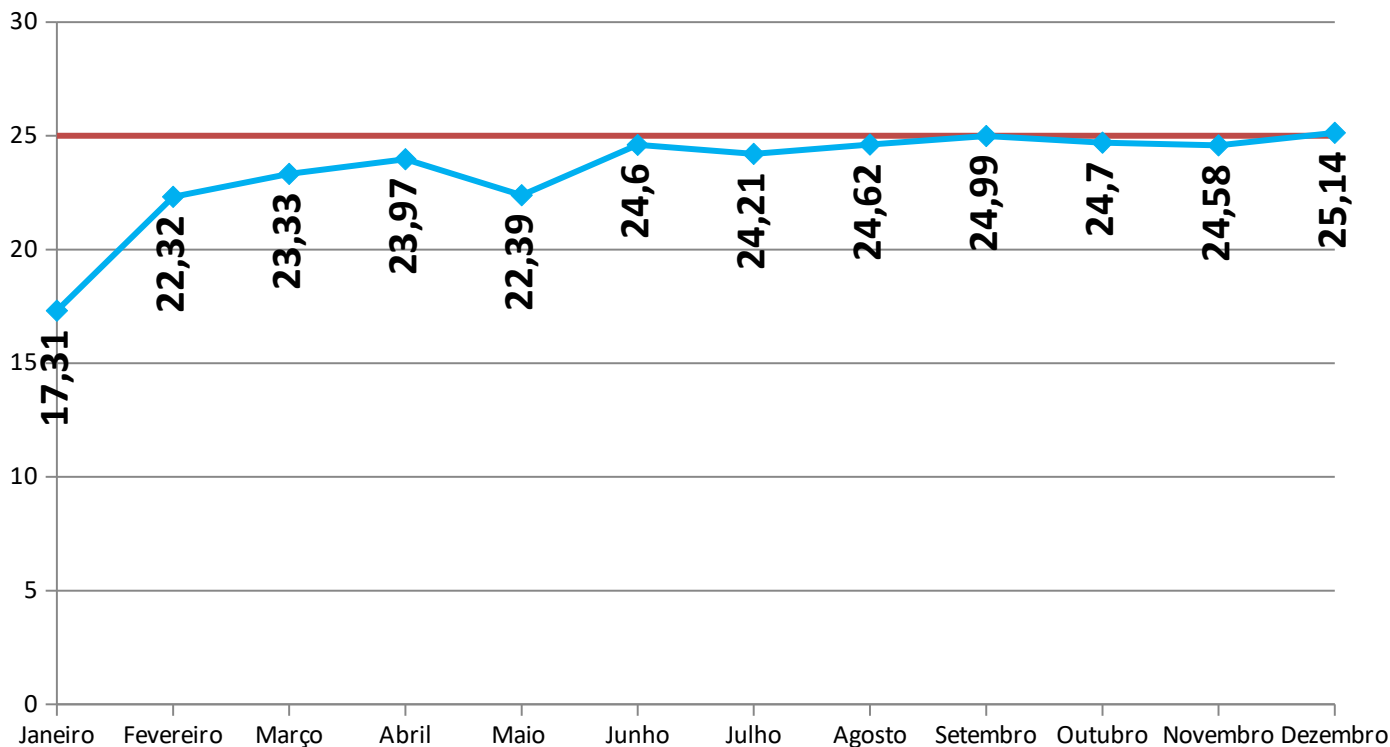


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Educação (25%)





AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Os dispêndios com educação representaram **25,14%** da Receita Resultante de Impostos, o que comprova **ter** sido cumprido o Artigo 212 da Constituição Federal.





AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

RECEITAS MÍNIMAS A APLICAR EM SAÚDE (15%)

Total da Receita de Impostos	50.502.477,75
------------------------------	---------------

Atenção Básica	4.919.881,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.971.235,44
Suporte Profilático e Terapêutico	879.623,60
Vigilância Sanitária	77.136,90
Vigilância Epidemiológica	54.407,91
Total das Despesas com ASPS	2.674.672,19

Despesa Liquidada com Rendimentos do ASPS	-13.080,41
---	------------

Gastos Constitucionais com ASPS	7.889.204,83
Percentual de Aplicação	15,62%

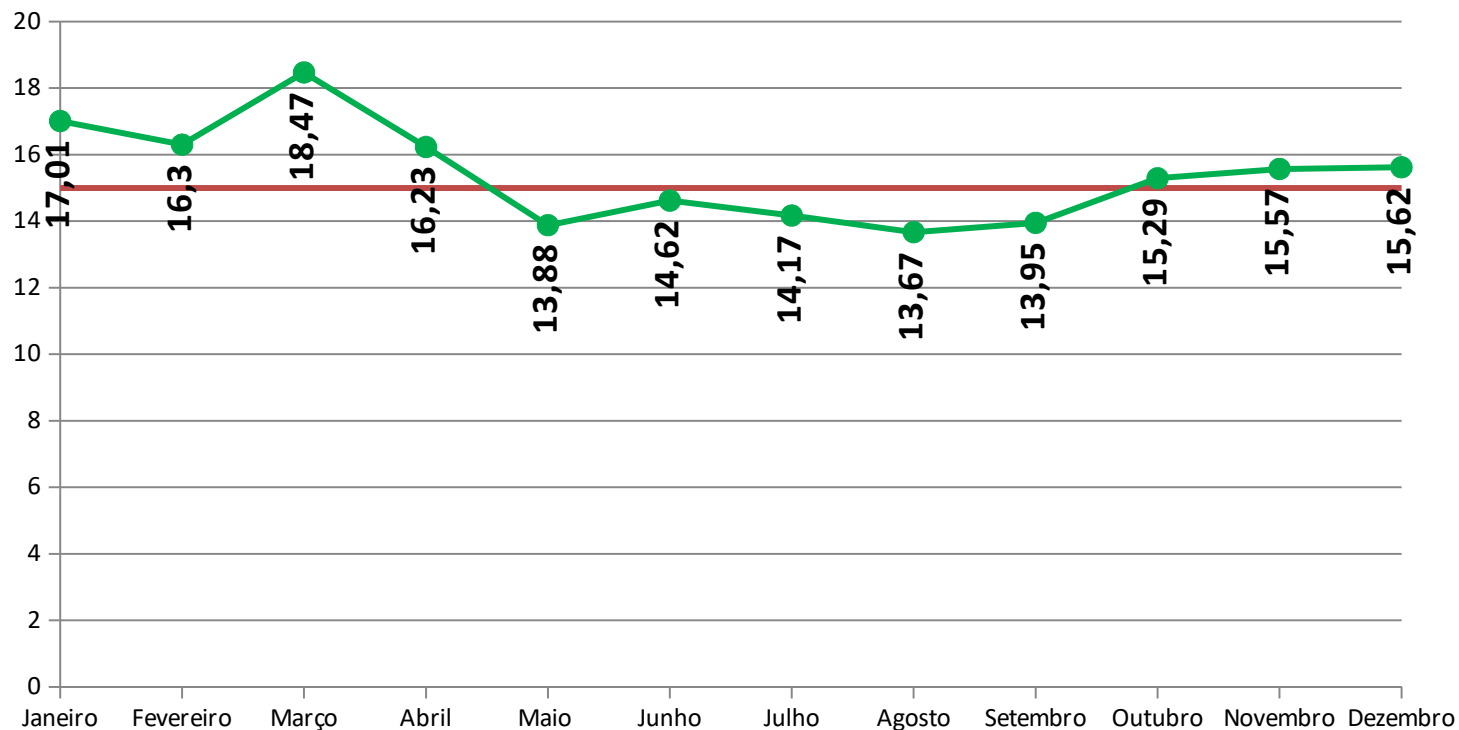


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Saúde (15%)





AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Nos índices de Saúde, ficou demonstrado que a aplicação foi de **15,62%**, evidenciando que **foi** cumprido o artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Poder	Despesa Liquida	%RCL	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Legal
Poder Executivo	R\$ 31.122.826,22	46,09%	48,60%	51,30%	54,00%
Poder Legislativo	R\$ 1.119.740,27	1,6%	5,40%	5,70%	6,00%
Total Despesa de Pessoal	R\$ 32.242.566,49	47,75%	54,00%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida (Últimos 12 meses)			R\$ 67.522.177,02		

* Metodologia TCE/RS

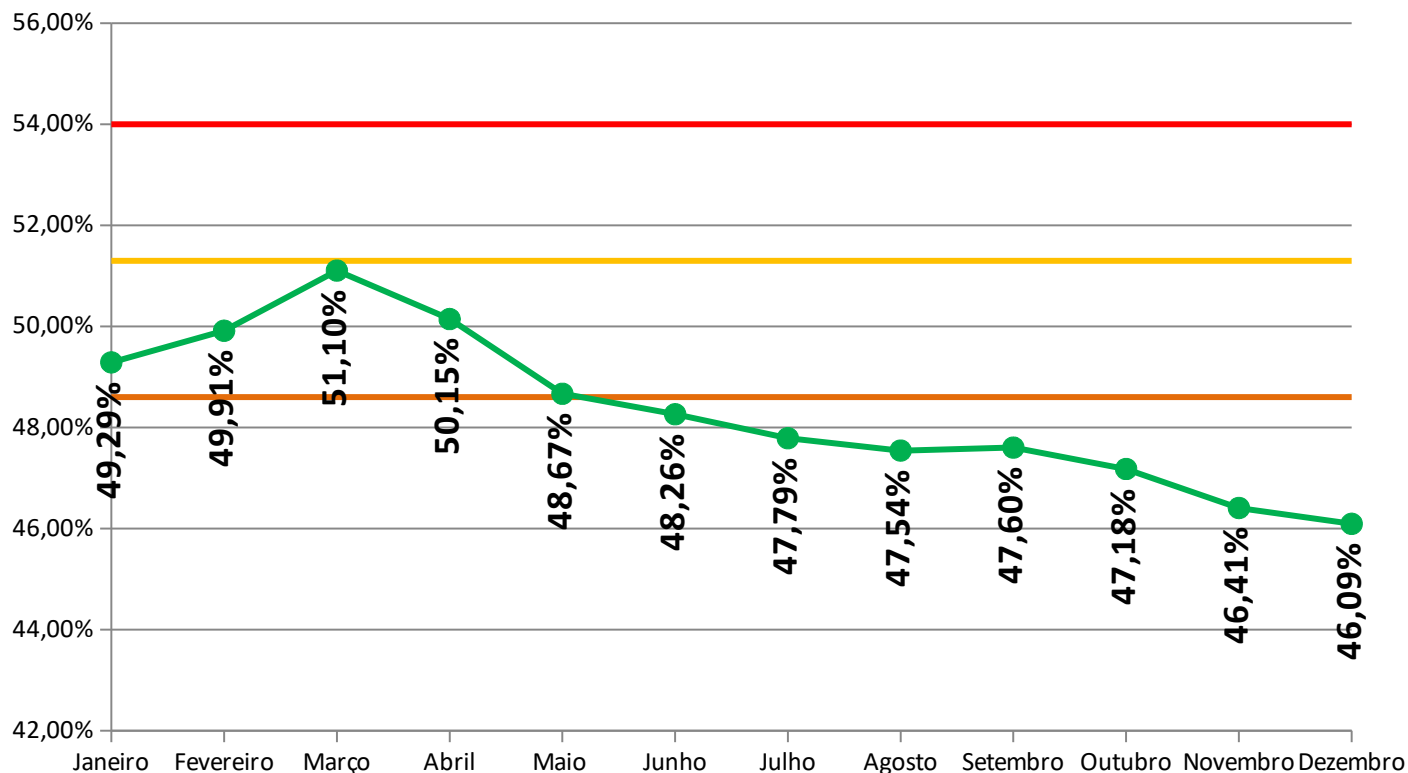


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Índice de Gasto com pessoal



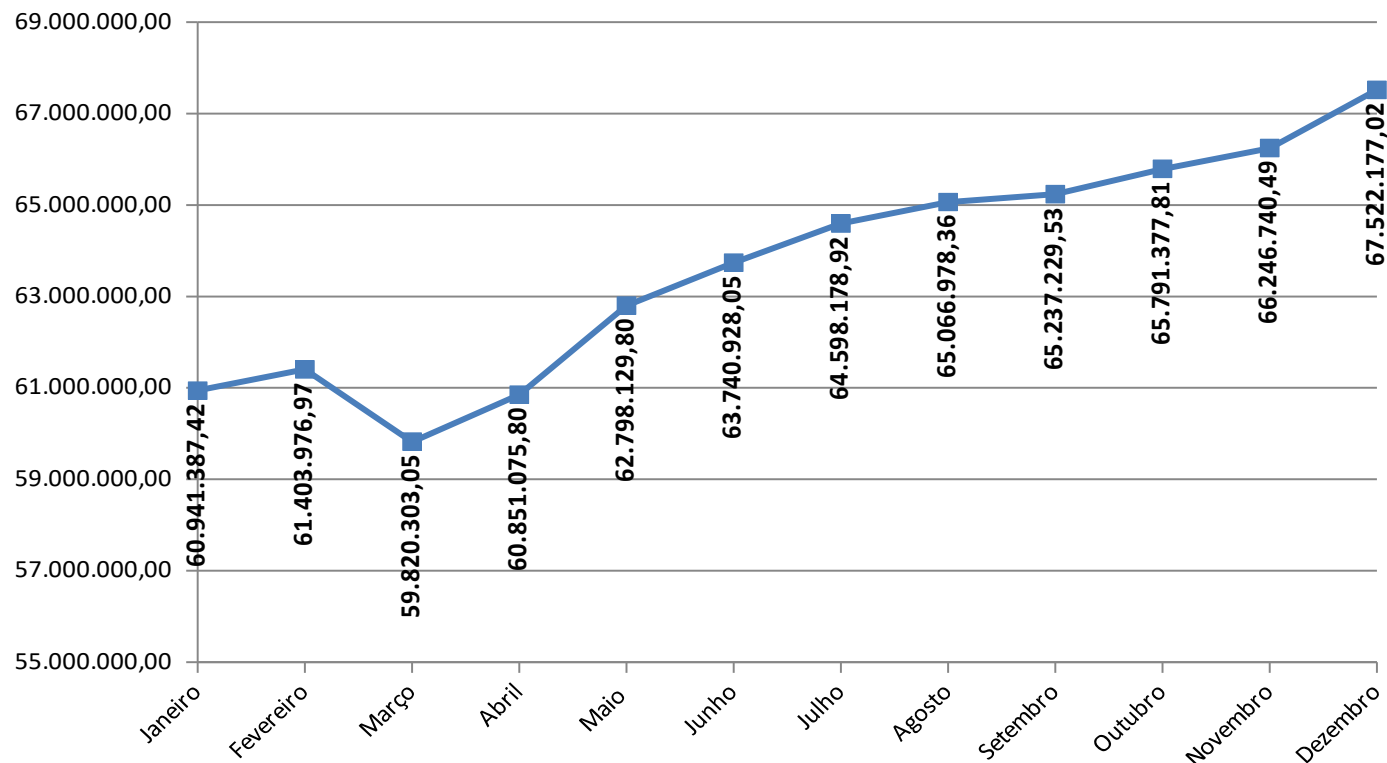


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Receita Corrente Líquida (acumulada 12 meses)



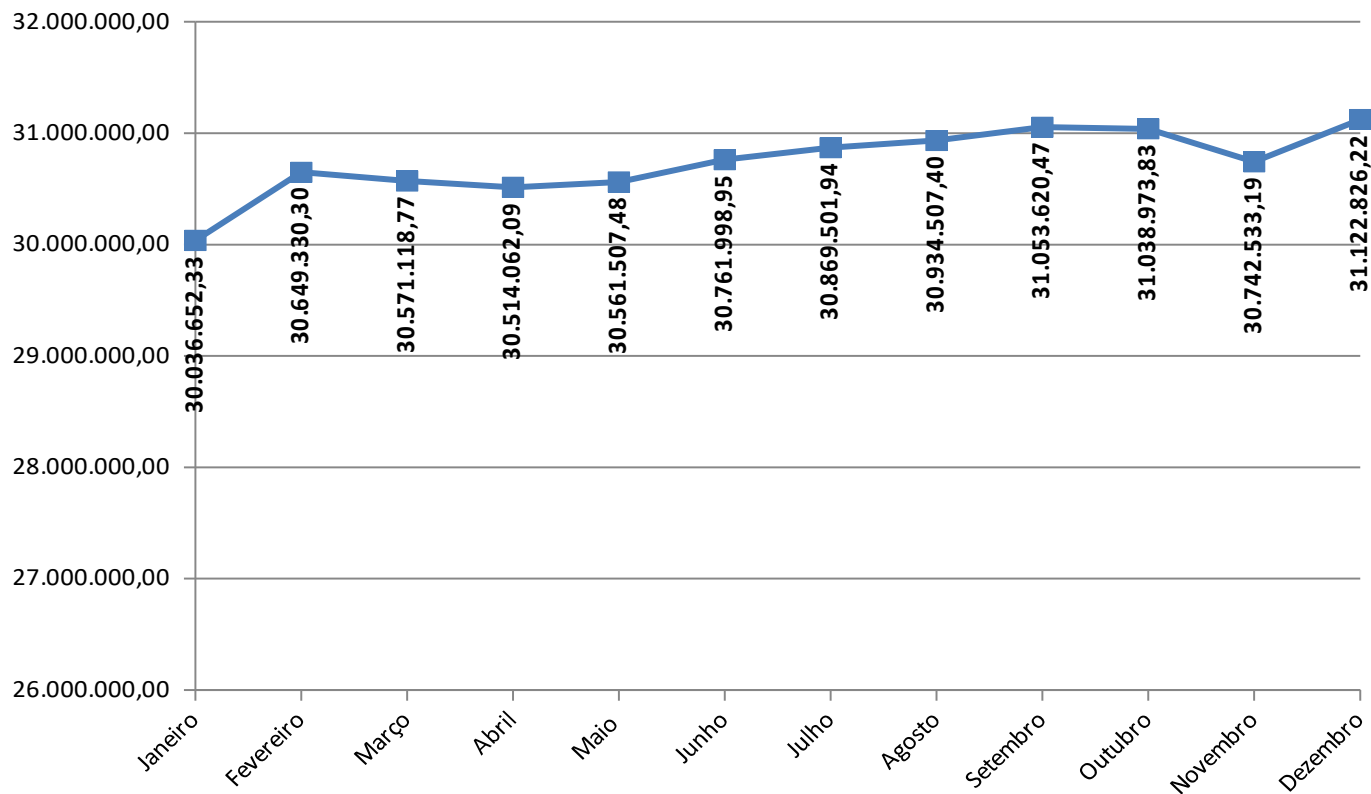


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Gasto Pessoal (acumulado 12 meses)





AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal

3º Quadrimestre 2018

Situação com relação aos gastos de pessoal.

O Poder Executivo apresentou um dispêndio de **46,09%** da Receita Corrente Líquida do Município, comprovando, dessa forma, **estar** cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os gastos de pessoal do Poder Legislativo foram de **1,6%**, da Receita Corrente Líquida do Município, comprovando o **cumprimento** do limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'b', da LRF.



Avaliação 3º Quadrimestre 2018

Fica demonstrado, assim, que foram **atingidas** as metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Questionamentos?

E-mail: contabilidade.pmt@gmail.com
Contato: 55 3522-0415 ou 3522-0417

